

MAPFRE
Previdência S.A.

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de junho
de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13
Relatório do comitê de auditoria	

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da MAPFRE Previdência S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A MAPFRE Previdência S.A. atua no segmento de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional, e participa no DPVAT através do convênio da Seguradora Líder.

A Seguradora apresentou R\$ 51,6 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 16,5% sobre o ano anterior, sendo 37,4% de crescimento na carteira de vida por sobrevivência e retração de 16,1% do seguro DPVAT.

A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 4,6 milhões, impactado, principalmente, pela redução das carteiras de vida com cobertura de sobrevivência e previdência complementar, com conseqüente redução na taxa de administração cobrada sobre os fundos administrados.

As provisões técnicas de seguros e previdência complementar totalizaram, em 30 de junho de 2018, R\$ 3,4 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro 2017).

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Previdência S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações feitas pela Circular SUSEP nº 521/2015, a Seguradora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 30 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **MAPFRE Previdência S.A.** (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Previdência S.A.** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

MAPFRE Previdência S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

			Reapresentado	Reapresentado
	Notas	30/06/2018	31/12/2017	01/01/2017
Ativo				
Circulante		3.180.454	3.344.563	3.314.107
Disponível		2.149	1.974	5.817
Caixa e bancos		2.149	1.974	5.817
Aplicações	5	3.105.677	3.281.780	3.259.600
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.338	135	-
Operações com resseguradoras		1.338	135	-
Créditos das operações com previdência complementar		1.003	2.158	885
Valores a receber		446	413	366
Operações com repasses		557	1.745	519
Outros créditos operacionais	6	2.745	4.514	2.422
Ativo de resseguro e retrocessão		8.687	-	-
Títulos e créditos a receber		6.754	6.294	8.910
Títulos e créditos a receber	7	1.765	1.244	5.297
Créditos tributários e previdenciários	8	3.261	3.085	2.040
Depósitos judiciais e fiscais		1.306	1.307	806
Outros créditos		422	658	767
Outros valores e bens		58	54	42
Outros valores		58	54	42
Despesas antecipadas		41	14	17
Custos de aquisição diferidos	14b	52.002	47.640	36.414
Seguros		47.600	33.951	23.055
Previdência		4.402	13.689	13.359
Ativo não circulante		347.862	279.316	274.579
Realizável a longo prazo		346.658	277.669	272.772
Aplicações	5	320.865	256.602	255.514
Títulos e créditos a receber		25.793	21.067	17.258
Títulos e créditos a receber	7	20.301	18.782	16.778
Créditos tributários e previdenciários	8	5.492	2.284	480
Investimento	9	229	204	214
Participações societárias		229	204	214
Imobilizado		858	1.150	781
Bens móveis		789	1.081	713
Outras imobilizações		69	69	68
Intangível		117	294	812
Outros intangíveis		117	294	812
Total do ativo		3.528.316	3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2018	Reapresentado 31/12/2017	Reapresentado 01/01/2017
Passivo				
Circulante		494.156	469.955	441.298
Contas a pagar		8.834	12.087	11.432
Obrigações a pagar	10	4.334	5.922	4.957
Impostos e encargos sociais a recolher		4.108	5.746	4.665
Encargos trabalhistas		198	205	1.492
Impostos e contribuições	11	194	214	221
Outras contas a pagar		-	-	97
Débitos de operações com seguros e resseguros	12	4.094	3.053	2.520
Operações com resseguradoras		3.266	2.774	1.031
Corretores de seguros e resseguros		255	250	199
Outros débitos operacionais		573	29	1.290
Débitos de operações com previdência complementar	13	11.622	14.984	13.878
Contribuições a restituir		453	434	377
Operações de repasses		982	1.855	-
Outros débitos operacionais		10.187	12.695	13.501
Depósitos de terceiros	17	10.922	1.966	-
Provisões técnicas - seguros	14	249.483	226.328	209.518
Danos - DPVAT		87.411	74.865	69.362
Vida com cobertura por sobrevivência		162.072	151.463	140.156
Provisões técnicas - previdência complementar	14	209.173	211.519	203.933
Planos não bloqueados		20.529	20.161	20.549
PGBL		188.644	191.358	183.384
Outros débitos		28	18	17
Provisões judiciais		28	18	17
Não circulante		2.945.093	3.060.184	3.050.333
Contas a pagar	18	337	401	667
Tributos Diferidos		337	401	667
Provisões técnicas - seguros	14	1.235.082	1.301.076	1.295.725
Vida com cobertura por sobrevivência		1.235.082	1.301.076	1.295.725
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.709.674	1.758.707	1.753.942
Planos não bloqueados		178.726	171.636	183.334
PGBL		1.530.948	1.587.071	1.570.608
Patrimônio líquido		89.067	93.740	97.055
Capital social	19a	81.273	81.273	81.273
Reservas de lucros		12.467	12.467	15.782
Prejuízos acumulados		(4.673)	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.528.316	3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
(+) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	20g	149.367	155.967
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(151.222)	(155.777)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(1.855)	190
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		12.996	1.369
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(495)	(637)
(-) Benefícios retidos	20c	(411)	(1.521)
(-) Custos de aquisição	20d	(6.947)	(5.908)
(+) Outras receitas e (despesas) operacionais	20e	1.800	2.499
(+/-) Resultado com operações de resseguro	20f	8.854	(362)
Prêmios emitidos		51.627	44.324
(+) Contribuições para cobertura de riscos		2.962	1.218
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(24.708)	(15.820)
(=) Prêmios ganhos	20b	29.881	29.722
(-) Sinistros ocorridos	20c	(23.173)	(14.830)
(-) Custos de aquisição	20d	(5.966)	(4.743)
(+) Outras receitas e (despesas) operacionais	20e	(244)	(1.911)
(+) Resultado com operações de resseguro	20f	(5.533)	(203)
(+) Receitas com resseguro		(11)	2.612
(-) Despesas com resseguro		(5.522)	(2.815)
(-) Despesas administrativas	20h	(16.124)	(2.867)
(-) Despesas com tributos	20i	(3.285)	(2.297)
(+) Resultado financeiro	20j	2.916	2.781
(=) Resultado operacional		(7.586)	1.282
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(239)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações 22		(7.825)	1.282
(-) Imposto de renda		1.930	(323)
(-) Contribuição social		1.342	(261)
(-) Participações sobre o resultado	22	(120)	(125)
(=) Prejuízo/Lucro líquido do semestre		(4.673)	573
(/) Quantidade de ações		267.765	267.765
(=) Prejuízo/Lucro líquido por ação - R\$		(57,30)	2,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre	(4.673)	573
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	(4.673)	573
Atribuível aos acionistas Controladores	(4.673)	573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	81.273	14.988	794	-	97.055
Lucro líquido do semestre	-	-	-	573	573
Saldos em 30 de junho de 2017	81.273	14.988	794	573	97.628
Saldos em 01 de janeiro de 2018	81.273	11.673	794	-	93.740
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(4.673)	(4.673)
Saldos em 30 de junho de 2018	81.273	11.673	794	(4.673)	89.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo / Lucro líquido do período	(4.673)	573
Ajustes para:	106.210	185.458
Depreciações e amortizações	330	441
Perda/Ganho na alienação de imobilizado	239	-
Varição dos custos de aquisição diferidos	(4.362)	(6.246)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	57.394	92.695
Provisões técnicas - previdência complementar	52.609	98.568
Lucro líquido ajustado	101.537	186.031
Varição nas contas patrimoniais:	(101.179)	(189.497)
Aplicações financeiras	111.840	(44.347)
Créditos das operações com seguros e resseguros	566	879
Créditos das operações com previdência complementar	1.155	(1.329)
Ativos de Resseguro	(8.687)	-
Créditos tributários e previdenciários	(3.384)	44
Títulos e créditos a receber	(2.040)	(979)
Outros ativos	232	383
Depósitos judiciais e fiscais	1	(258)
Despesas antecipadas	(27)	(65)
Impostos e contribuições	(1.606)	287
Outras contas a pagar	(1.588)	4.700
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.041	(439)
Débitos de operações com previdência complementar	(3.362)	(10.375)
Depósitos de terceiros	8.955	4.101
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(100.233)	(79.527)
Provisões técnicas - previdência complementar	(103.988)	(62.416)
Provisões judiciais	10	1
Tributos diferidos	(64)	(156)
Caixa líquido gerado pelas operações	358	(3.466)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(32)	(226)
Contribuição social sobre o lucro pago	(27)	(182)
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais	299	(3.874)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(99)	(471)
Investimentos	(25)	8
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(124)	(463)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	175	(4.337)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.974	5.817
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.149	1.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

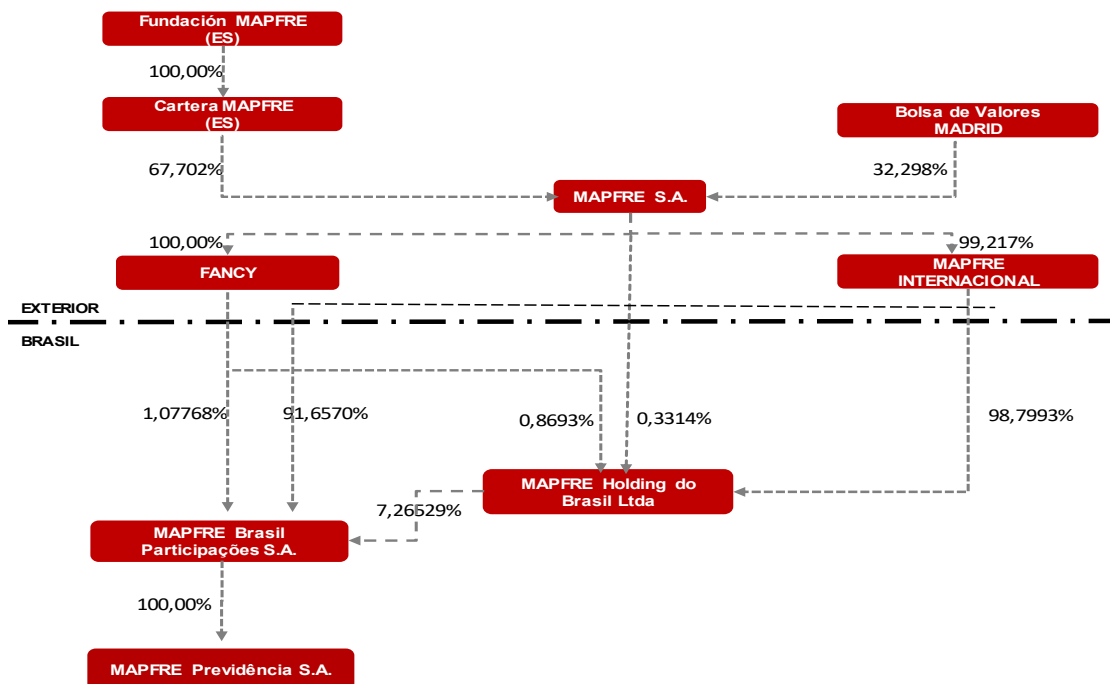
1. Contexto operacional

A MAPFRE Previdência S.A.(doravante denominada por “Seguradora”), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operarem atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40.

A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madri, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Em 30 de junho de 2018, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias

a) Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras Intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de agosto de 2018.

b) Comparabilidade:

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 originalmente apresentados na demonstração financeira daquele exercício estão sendo reapresentados, em conformidade com os pronunciamentos técnicos conforme disposições do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para a segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) em circulante e não circulante utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos (TAP) da Seguradora.

Abaixo, demonstramos um resumo contemplando os valores correspondentes originalmente em comparação com os valores reclassificados:

	Saldos		
	Apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Reapresentados em 31/12/2017
Passivo			
Circulante	1.534.880	(1.064.925)	469.955
Provisões técnicas - seguros	1.437.350	(1.211.022)	226.328
Danos DPVAT	74.865	-	74.865
Vida com cobertura por sobrevivência	1.362.485	(1.211.022)	151.463
Provisões técnicas - previdência complementar	65.422	146.097	211.519
Planos não bloqueados	32.777	(12.616)	20.161
PGBL	32.645	158.713	191.358
Outros - passivo circulante	32.108	-	32.108
Não circulante	1.995.259	1.064.925	3.060.184
Provisões técnicas - seguros	90.054	1.211.022	1.301.076
Vida com cobertura por sobrevivência	90.054	1.211.022	1.301.076
Provisões técnicas - previdência complementar	1.904.804	(146.097)	1.758.707
Planos não bloqueados	159.020	12.616	171.636
PGBL	1.745.784	(158.713)	1.587.071
Outros - passivo não circulante	401	-	401
Patrimônio Líquido	93.740	-	93.740
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.623.879	-	3.623.879

	Saldos		
	Apresentados em	Ajustes	Reapresentados em
	01/01/2017		01/01/2017
Passivo			
Circulante	1.511.159	(1.069.861)	441.298
Provisões técnicas - seguros	1.418.403	(1.208.885)	209.518
Danos DPVAT	69.362	-	69.362
Vida com cobertura por sobrevivência	1.349.041	(1.208.885)	140.156
Provisões técnicas - previdência complementar	64.909	139.024	203.933
Planos não bloqueados	32.167	(11.618)	20.549
PGBL	32.742	150.642	183.384
Outros - passivo circulante	27.847	-	27.847
Não circulante	1.980.472	1.069.861	3.050.333
Provisões técnicas - seguros	86.839	1.208.886	1.295.725
Vida com cobertura por sobrevivência	86.839	1.208.886	1.295.725
Provisões técnicas - previdência complementar	1.892.966	(139.024)	1.753.942
Planos não bloqueados	171.716	11.618	183.334
PGBL	1.721.250	(150.642)	1.570.608
Outros - passivo não circulante	667	-	667
Patrimônio Líquido	97.055	-	97.055
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.588.686	-	3.588.686

Não há nenhum impacto nas demonstrações de resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2017.

c) Base para mensuração e moeda funcional

As demonstrações financeiras Intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

d) Classificação no Circulante e no Não Circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente.

A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos (TAP) da Seguradora.

Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGBL são, na sua totalidade, para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras Intermediárias de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras Intermediárias; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 3.b e 5 - Aplicações financeiras;

Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;

Notas 3.o e 24 - Provisões judiciais; e

Notas 3.r e 22 - Ativos e passivos diferidos/Imposto de renda e contribuição social.

f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 9.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras Intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e bancos

Inclui caixa e saldos em conta movimento utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros

A Seguradora classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) Empréstimos e recebíveis e, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iii) *Ativos mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

(iv) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas “Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c) Classificação dos contratos de seguros

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

d) Redução ao valor recuperável

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(ii) *Ativos não financeiros*

Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente.

É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

e) Investimentos

Compreende o investimento mantido na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear.

g) Ativos intangíveis

Compreende substancialmente projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h) Provisões técnicas

As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da Mapfre Previdência foram elaborados em todos os aspectos, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Seguros de danos, vida individual e dotal misto

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras Intermediárias. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referente às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base do balanço sendo calculada com base no valor que resultar maior entre os percentuais, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial.

A provisão matemática de benefícios a conceder vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs).

Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos representa o valor atual dos compromissos da Seguradora para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda.

A Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento quanto na fase de concessão de benefícios.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com o item 3.k desta nota.

i) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	Não há	0% a.a.	0% a 3%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	2% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%

j) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

k) Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pelo CPC 11- Contratos de Seguro e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP (ETTJ) definida pela SUSEP.

Os seguros relativos aos ramos DPVAT, não foram objetos de análise neste teste em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

<u>Premissas</u>	<u>Descrição</u>
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGPM e TR - ETTJ SUSEP
Tábua de mortalidade	BR-SEM
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 1,5%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGPM e TR

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro, mas não há necessidade de registrá-lo pois o valor será garantido pela “mais valia” dos ativos financeiros mantidos até o vencimento que perfaz o montante de 22.319 milhões, conforme estipulado no § 2º do art. 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016.

l) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas.

Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

m) Custos de aquisição diferido

Compreendem as comissões e agenciamento sobre contratos de previdência e seguro Dotal, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo período médio de 60 meses com base em estudo técnico de permanência da carteira.

n) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros

Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

o) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

p) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Obrigações com aposentadorias

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

s) Participações nos lucros

A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela área de Riscos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (*Compliance*), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês:

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de auditoria: órgão de assessoramento que tem, entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de Riscos e Compliance: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de subscrição

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Seguradora segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente, e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional.

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos à resseguradora MAPFRE RE, pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados.

b) Sensibilidade do risco de seguro

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi verificado o comportamento da carteira diante de três cenários de estresse. A sensibilidade do risco de sobrevivência foi realizada através da redução na taxa de mortalidade e do aumento na taxa de conversão em renda que, por consequência, causa a redução na taxa de resgate/cancelamento.

A carteira de Previdência possui produtos com garantias de rentabilidades predefinidas, então, foi proposta, também, uma redução na taxa de juros.

Abaixo apresentam-se os valores obtidos para cada cenário proposto:

Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultados
	30/06/2018
Alteração das principais premissas das provisões técnicas	
Redução de 10% a.a. na ETTJ	17.332
Redução de 10% na taxa de mortalidade	5.372
Aumento de 10% na taxa de conversão em renda	(3.220)

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros Individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos, empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes intermediárias em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A Seguradora utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o seu patrimônio líquido em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre seus ativos e passivos financeiros.

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

Rating da carteira de aplicações

Títulos	2018			2017		
	AA-	Sem Rating	Total	AA-	Sem Rating	Total
I. Valor justo por meio do resultado	3.010.111	71.331	3.081.442	3.204.515	56.513	3.261.028
Fundos de investimentos						
Letras financeiras do tesouro - LFT	24.752	-	24.752	50.257	-	50.257
Notas do tesouro nacional - NTN-B	2.351	-	2.351	2.325	-	2.325
Operações compromissadas (*)	30.143	-	30.143	34.158	-	34.158
Títulos da dívida agrária	8.292	-	8.292	11.306	-	11.306
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	87.481	-	87.481	74.966	-	74.966
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	(590)	(590)	-	(542)	(542)
Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL						
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	60.604	-	60.604
Debentures	155.621	-	155.621	139.451	-	139.451
Letras financeiras do tesouro - LFT	488.492	-	488.492	650.382	-	650.382
Letras financeiras - LF	417.001	-	417.001	308.503	-	308.503
Notas do tesouro nacional - NTN-B	552.580	-	552.580	353.308	-	353.308
Notas do tesouro nacional - NTN-C	49.522	-	49.522	46.184	-	46.184
Notas do tesouro nacional - NTN-F	61.962	-	61.962	13.072	-	13.072
Letras do tesouro nacional - LTN	950.580	-	950.580	1.281.800	-	1.281.800
Operações compromissadas	64.930	-	64.930	97.233	-	97.233
Títulos da dívida agrária	3.515	-	3.515	4.420	-	4.420
Depósitos a prazo com garantia especial	102.336	-	102.336	70.054	-	70.054
Fundos de investimentos - abertos/outros	-	21.341	21.341	-	230	230
Ações	-	55.805	55.805	-	62.815	62.815
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	(5.209)	(5.209)	-	(5.982)	(5.982)
Termo tesouro	10.553	-	10.553	6.492	-	6.492
SWAP	-	(16)	(16)	-	(8)	(8)
III. Títulos mantidos até o vencimento	345.100	-	345.100	277.354	-	277.354
Fundos de investimentos						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	151.628	-	151.628	114.147	-	114.147
Notas do tesouro nacional - NTN-C	165.609	-	165.609	157.364	-	157.364
Notas do tesouro nacional - NTN-F	21.870	-	21.870	34	-	34
Títulos da dívida agrária	5.993	-	5.993	5.809	-	5.809
Total geral	3.355.211	71.331	3.426.542	3.481.869	56.513	3.538.382

(*) Com lastro em títulos públicos

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AA-, uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

d) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Seguradora para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou à conceder.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a análise de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tábua de mortalidade brasileira, corrigindo esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro.

2018	Sem Vencimento	A Vencer em até 1 ano	A Vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos	-	2.149	-	2.149
Valor justo por meio do resultado(Fundos Especialmente Constituidos - PGBL/VGBL) (*)	2.929.012	-	-	2.929.012
Valor justo por meio do resultado Mantidos até o vencimento	-	152.429	-	152.429
Créditos das operações com previdência complementar	-	24.236	320.865	345.101
Ativos de resseguro	-	1.003	-	1.003
Outros ativos	-	8.738	0	8.738
	-	6.295	20.301	26.596
Total dos ativos financeiros	2.929.012	194.850	341.166	3.465.028
Contas a pagar	-	8.834	27	8.861
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	4.095	-	4.095
Débitos de operações com previdência complementar	-	11.622	-	11.622
Provisões Matematica de Benefícios a Conceder - PGBL/VGBL (*)	2.929.012	-	-	2.929.012
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	249.483	1.235.082	1.484.565
Provisões técnicas - previdência complementar	-	209.172	1.709.674	1.918.846
Outros passivos	-	10.922	-	10.922
Total dos passivos financeiros	2.929.012	494.128	2.944.783	6.367.923

2017	Sem Vencimento	A Vencer em até 1 ano	A Vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.974	-	1.974
Valor justo por meio do resultado(Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL) (*)	3.088.560	-	-	3.088.560
Valor justo por meio do resultado Mantidos até o vencimento	-	172.468	-	172.468
Créditos das operações com previdência complementar	-	20.752	256.602	277.354
Outros ativos	-	2.158	-	2.158
		7.778	18.782	26.560
Total dos ativos financeiros	3.088.560	205.130	275.384	3.569.074
Contas a pagar	-	12.087	18	12.105
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	3.053	-	3.053
Débitos de operações com previdência complementar	-	14.984	-	14.984
Provisões Matemática de Benefícios a Conceder - PGBL/VGBL (*)	3.088.560	-	-	3.088.560
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	170.100	14.735	184.835
Provisões técnicas - previdência complementar	-	39.724	184.511	224.235
Outros passivos	-	1.966	-	1.966
Total dos passivos financeiros	3.088.560	241.914	199.264	3.529.738

(*) Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGBL são, na sua totalidade, para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes.

e) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Seguradora está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados.

Este risco é mensurado pela área de Riscos e *Compliance*, com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e *Compliance* acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; e (ii) Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Do total de R\$ 3.426.542 (R\$ 3.538.382 em 2017) de aplicações financeiras, foram extraídos da base da análise de sensibilidade R\$ 2.929.012 (R\$ 3.088.560 em 2017) por serem quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos de PGBL/VGBL(para os quais, quaisquer efeitos na taxa de juros não ocasionam impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora) e DPVAT R\$ 87.480 (R\$ 74.965 em 2017) os quais tem suas provisões técnicas garantidas diretamente aos fundos.

Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 410.050 (R\$ 374.857 em 2017).

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultados	
	30/06/2018	31/12/2017
Elevação da taxa de juros	5.059	33.078
Redução da taxa de juros	(5.059)	(33.078)

Parâmetros:

a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

f) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do Risco Operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com as exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos;
- Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

g) Gestão de capital

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de Capital suficiente para cobrir o Capital de Solvência Requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora.

A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 360 de dezembro de 2017, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), considerando os valores econômicos, sendo igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, Mercado, operacional e a correlação entre os Riscos, como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis

Patrimônio Líquido (+/-)	89.067
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior (-)	(229)
Despesas antecipadas (-)	(41)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(4.998)
Ativos intangíveis (-)	(117)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	<u>83.682</u>

2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (+/-)	12.275
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (-)	(5.426)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP (+)	848
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/cont. Registradas (+)	5.829
Ajustes econômicos (b)	13.526

3. Capital Mínimo Requerido

Capital base - CB	<u>15.000</u>
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	
Capital risco de crédito	6.188
Capital risco de subscrição	68.163
Capital de risco operacional	3.011
Capital de risco de mercado	18.078
Correlação entre os riscos	(14.293)
Capital mínimo requerido (c)	<u>81.147</u>
Suficiência de capital (d = a + b - c)	<u>16.061</u>
Suficiência de capital (d / c)	19,79%
Índice de Solvência [e = (a + b) / c]	1,20
Capital de risco (a)	81.147
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/16- 20% sobre CR	16.229
Ativos livres - vide nota explicativa 15	44.268

Conforme Resolução o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 100% do Risco.

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Seguradora apresenta liquidez como segue:

Capital de risco (a)	81.147
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/16- 20% sobre CR	55%
Ativos livres - vide nota explicativa 15	44.268

5. Aplicações financeiras

a) **Composição por prazo, por título e por nível hierárquico**

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Titulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento 2018			Ativos 2018				Total				
		(A)	(B)	(C)	(E = A + B + C)	(F)	(G)	(G - F)	2018	%	2017	%	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor justo	Ganho / (Perda) Não Realizada	(E)		(H)		
I. Valor justo por meio do resultado		1.110.757	1.746.128	224.557	3.081.442	3.081.646	3.081.439	(207)	3.081.442	100%	3.261.029	100%	
Fundos de investimentos													
	Letras financeiras do tesouro - LFT	1	146	24.606	-	24.752	24.747	24.752	5	24.752	1%	50.256	2%
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	1.920	431	-	2.351	2.336	2.351	15	2.351	0%	2.325	0%
	Operações compromissadas	1	30.143	-	-	30.143	30.143	30.143	-	30.143	1%	34.158	1%
	Títulos da dívida agrária	2	4.812	3.150	330	8.292	8.516	8.292	(224)	8.292	0%	11.307	0%
	Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	2	87.481	-	-	87.481	87.481	87.481	-	87.481	3%	74.966	2%
	Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(590)	-	-	(590)	(590)	(592)	(2)	(590)	0%	(541)	0%
Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL													
	Certificados de depósitos bancários	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	60.604	2%
	Debentures	2	1.320	147.316	6.984	155.620	155.620	155.621	1	155.620	5%	139.450	4%
	Letras financeiras do tesouro - LFT	1	35.732	360.912	91.847	488.491	488.491	488.492	1	488.491	16%	650.383	20%
	Letras financeiras - LF	2	254.390	162.613	-	417.003	417.003	417.001	(2)	417.003	14%	308.503	9%
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	489.478	32.746	29.718	551.942	551.942	551.942	-	551.942	18%	353.308	11%
	Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	45.354	4.168	49.522	49.522	49.522	-	49.522	2%	46.184	1%
	Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	18.516	30.867	49.383	49.383	49.383	-	49.383	2%	13.072	0%
	Letras do tesouro nacional - LTN	1	97	950.484	-	950.581	950.581	950.580	(1)	950.581	31%	1.281.800	39%
	Operações compromissadas	1	16.866	-	60.643	77.509	77.509	77.508	(1)	77.509	3%	97.233	3%
	Títulos da dívida agrária	2	3.515	-	-	3.515	3.515	3.515	-	3.515	0%	4.420	0%
	Depósitos a prazo com garantia especial	2	102.335	-	-	102.335	102.335	102.336	1	102.335	3%	70.054	2%
	Fundos de investimentos - abertos/outros	2	21.341	-	-	21.341	21.341	21.341	-	21.341	1%	230	0%
	Ações	2	55.805	-	-	55.805	55.805	55.805	-	55.805	2%	62.815	2%
	Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(5.209)	-	-	(5.209)	(5.209)	(5.209)	-	(5.209)	0%	(5.982)	0%
	Termo tesouro	1	11.191	-	-	11.191	11.191	11.191	-	11.191	0%	6.492	0%
	SWAP	2	(16)	-	-	(16)	(16)	(16)	-	(16)	0%	(8)	0%
III. Títulos mantidos até o vencimento		24.235	135.206	185.659	345.100	345.099	367.418	22.319	345.100	100%	277.353	100%	
Fundos de investimentos													
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	22.800	19.622	109.206	151.628	151.627	157.065	5.438	151.628	44%	114.147	41%
	Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	89.156	76.453	165.609	165.609	183.657	18.048	165.609	48%	157.364	57%
	Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	21.871	-	21.871	21.870	20.600	(1.270)	21.871	6%	33	0%
	Títulos da dívida agrária	2	1.435	4.557	-	5.992	5.993	6.096	103	5.992	2%	5.809	2%
Total geral		1.134.992	1.881.334	410.216	3.426.542	3.426.745	3.448.857	22.112	3.426.542		3.538.382		

(*) com lastros em títulos públicos

b) **Movimentação das aplicações financeiras**

	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Atualizações	30/06/2018
Fundo de investimento exclusivo					
Valor justo por meio do resultado	97.503	98.272	(140.116)	9.290	64.949
Mantidos até o vencimento	277.354	56.623	(138)	11.262	345.101
Quotas fundos especialmente constituídos					
Valor justo por meio do resultado					
PGBL/VGBL	3.088.560	158.444	(387.736)	69.744	2.929.012
DPVAT	74.965	13.069	(3.015)	2.461	87.480
Total	3.538.382	326.408	(531.005)	92.757	3.426.542

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Atualizações	30/06/2017
Fundo de investimento exclusivo					
Valor justo por meio do resultado	81.702	212.348	(230.276)	16.137	79.911
Mantidos até o vencimento	269.064	26.338	(5.678)	(6.214)	283.510
Quotas fundos especialmente constituídos					
Valor justo por meio do resultado					
PGBL/VGBL	3.094.970	120.470	(242.097)	146.856	3.120.199
DPVAT	69.378	4.359	(1.905)	4.009	75.841
Total	3.515.114	363.515	(479.956)	160.788	3.559.461

c) **Determinação do valor justo**

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Central e Custódia e de Líquidação Financeira de Títulos (CETIP).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante dos títulos e valores geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (antiga BM&FBovespa). para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

A posição e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

d) **Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) **Taxa de juros contratada**

	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC
NTN-B	7,59%	3,53%
NTN-BO	6,38%	6,38%
NTN-C	8,56%	4,92%
NTN-F	12,90%	8,77%
TDA	13,01%	8,66%

6. Outros créditos operacionais

Do montante de R\$ 2.745 (R\$ 4.514 em 2017), R\$ 1.773 (R\$ 3.988 em 2017) refere-se a taxa de gestão de fundos e R\$ 649 (R\$ 517 em 2017) refere-se a valores a receber do Convênio DPVAT.

7. Títulos e créditos a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Outros créditos a receber (ativo circulante)	1.765	1.244
Cisão de carteiras MAPFRE Vida S.A. (Nota 21)	435	413
Compartilhamento de Despesas (Nota 21)	567	671
Outros créditos a receber (Ativos a serem resgatados)	763	160
Outros créditos a receber (ativo não circulante)	20.301	18.782
Créditos a receber - Parceria Produto Previdência (BUNGE)	20.301	18.782
Total de outros créditos a receber	22.066	20.026

8. Créditos tributários e previdenciários

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos Tributários e Previdenciários(ativo circulante)	3.261	3.085
Antecipação de IRPJ	571	539
Antecipação de CSLL	482	416
Saldo negativo de IRPJ	903	868
Saldo negativo de CSLL	758	766
COFINS a compensar	458	421
Outros créditos tributários	89	75
Créditos Tributários e Previdenciários (ativo não circulante)	5.492	2.284
Prejuízo fiscal	4.998	1.630
Provisões de obrigações diversas	494	654
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	8.753	5.369

9. Participações societárias

O saldo de R\$ 229 (R\$ 204 em 2017) refere-se a participação societária na Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT.

10. Obrigações a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores e outras obrigações a pagar	3.011	4.303
Compartilhamento despesas (Nota 21)	541	597
Dividendos e gratificações a pagar	782	1.022
Total	4.334	5.922

11. Impostos e Contribuições

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda	32	539
(-)Antecipação de imposto de renda	(32)	(539)
Contribuição Social	27	416
(-)Antecipação de contribuição social	(27)	(416)
Cofins	164	171
Pis	27	28
Outras contribuições	3	15
Total dos Impostos e Contribuições	194	214

12. Débitos de operações com seguros e resseguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações com resseguradoras	3.266	2.774
Comissões prêmios emitidos pendentes	255	250
Outros debitos operacionais Sinistros	29	29
Outros debitos operacionais DPVAT	544	-
Total	4.094	3.053

13. Débitos de operações com previdência complementar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuições a restituir	453	434
Portabilidades recebidas	982	1.855
Outros débitos operacionais(*)	<u>10.187</u>	<u>12.695</u>
Total	<u>11.622</u>	<u>14.984</u>

(*)débitos operacionais aguardando retorno bancário para o mês subsequente

14. Detalhamento e movimentação das provisões técnicas

a) Composição

2018

Provisões	PGBL	VGBL	TRADICIONAL	Vida Individual	DPVAT	Total Geral
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.679.703	1.249.308	128.912	114.328	-	3.172.251
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	36.846	20.036	61.865	-	-	118.747
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	-	-	298	934	76.851	78.083
Provisão de sinistro a liquidar - PSL	-	-	-	9.317	9.614	18.931
Provisão de excedentes financeiros - PEF	20	14	6.526	-	-	6.560
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.102	1.627	799	-	946	5.474
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	941	60	119	1.531	-	2.651
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	-	-	219	-	-	219
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	29	-	469	-	-	498
Total Geral	<u>1.719.641</u>	<u>1.271.045</u>	<u>199.207</u>	<u>126.110</u>	<u>87.411</u>	<u>3.403.414</u>

2017

Provisões	PGBL	VGBL	TRADICIONAL	Vida Individual	DPVAT	Total Geral
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.745.989	1.342.570	122.605	89.913	-	3.301.077
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	29.777	16.703	61.235	-	-	107.715
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	-	-	297	798	63.443	64.538
Provisão de sinistro a liquidar - PSL	-	-	-	-	11.004	11.004
Provisão de excedentes financeiros - PEF	33	36	5.544	-	-	5.613
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.975	1.474	1.030	-	418	4.897
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	686	179	116	868	-	1.849
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	-	-	222	-	-	222
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	28	-	688	-	-	716
Total Geral	<u>1.778.488</u>	<u>1.360.962</u>	<u>191.737</u>	<u>91.579</u>	<u>74.865</u>	<u>3.497.631</u>

b) Movimentação

As tabelas abaixo apresentam saldos líquidos de provisões técnicas de DPVAT que somam R\$ 87.411 (R\$ 74.865 em 2017):

Provisões técnicas de previdência	01/01/2018	Contribuição	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamentos de rendas/benefícios e resgates	Portabilidade aceita/cedida	Transferência para resgates e outros valores a pagar	Transferência benefício concedido	30/06/2018
PGBL										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.745.989	57.516	-	(3.842)	40.873	-	(103.396)	(50.369)	(7.068)	1.679.703
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	29.777	-	7.069	-	-	-	-	-	-	36.846
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.975	-	127	-	-	-	-	-	-	2.102
Provisão de excedentes financeiros - PEF	33	-	-	(48)	35	-	-	-	-	20
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	686	-	50.535	-	89	(50.369)	-	-	-	941
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	28	-	106	-	-	(105)	-	-	-	29
Tradicional										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	122.605	1.100	2.033	-	8.205	-	-	(1.396)	(3.635)	128.912
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	61.235	-	3.635	-	4.010	(7.015)	-	-	-	61.865
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.030	-	-	(231)	-	-	-	-	-	799
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	297	-	1	-	-	-	-	-	-	298
Provisão de excedentes financeiros - PEF	5.544	-	-	(112)	1.093	-	-	-	-	6.525
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	222	-	3	(6)	-	-	-	-	-	219
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	116	-	1.399	-	-	(1.396)	-	-	-	119
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	688	-	26	-	77	(322)	-	-	-	469
Totas Provisões Técnicas	1.970.225	58.616	64.934	(4.239)	54.382	(59.207)	(103.396)	(51.765)	(10.703)	1.918.847
Custos de aquisição diferidos	13.689	-	-	(9.287)	-	-	-	-	-	4.402

Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	01/01/2018	Contribuição	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamentos de rendas/benefícios e resgates	Portabilidade aceita/cedida	Transferência para resgates e outros valores a pagar	Transferência benefício concedido	30/06/2018
Vida Individual										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	89.913	24.211	-	(488)	3.554	(2.862)	-	-	-	114.328
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	798	-	136	-	-	-	-	-	-	934
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	868	-	3.573	-	49	(2.959)	-	-	-	1.531
Provisão de Sinitro a liquidar - PSL	-	-	11.302	-	-	(1.985)	-	-	-	9.317
VGBL										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.342.570	91.023	-	(2.753)	28.872	-	(109.893)	(96.489)	(4.022)	1.249.308
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	16.703	-	4.022	-	589	(1.278)	-	-	-	20.036
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.474	-	153	-	-	-	-	-	-	1.627
Provisão de excedentes financeiros - PEF	36	-	-	(51)	29	-	-	-	-	14
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	179	-	96.484	(119)	5	(96.489)	-	-	-	60
Totas Provisões Técnicas	1.452.542	115.234	115.670	(3.411)	33.098	(105.573)	(109.893)	(96.489)	(4.022)	1.397.155
Custos de aquisição diferidos	33.950	-	13.649	-	-	-	-	-	-	47.599

Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	01/01/2017	Contribuição	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamentos de rendas/benefícios e resgates	Portabilidade aceita/cedida	Transferência para resgates e outros valores a pagar	Transferência benefício concedido	30/06/2017
PGBL										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.730.276	61.867	-	-	83.549	-	(54.118)	(55.606)	-	1.765.968
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	20.386	-	7.907	(210)	-	-	-	-	-	28.083
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.565	-	318	-	-	-	-	-	-	1.883
Provisão de excedentes financeiros - PEF	44	-	1	(4)	61	-	-	-	(28)	74
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	1.792	-	55.606	(1.400)	115	(55.606)	-	-	-	507
Tradicional										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	132.424	1.467	-	-	1.506	-	(745)	(7.599)	-	127.053
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	62.676	-	4.419	-	2.430	(7.525)	-	-	-	62.000
Provisão de despesas relacionadas - PDR	827	-	191	-	-	-	-	-	-	1.018
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	246	-	31	-	-	-	-	-	-	277
Provisão de excedentes financeiros - PEF	7.074	-	102	(1.197)	871	-	-	-	(255)	6.595
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	185	-	54	(24)	-	-	-	-	-	215
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	322	-	7.599	(207)	-	(7.599)	-	-	-	115
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	57	-	338	-	-	-	-	(158)	-	237
Totas Provisões Técnicas	1.957.874	63.334	76.566	(3.042)	88.532	(70.730)	(54.863)	(63.363)	(283)	1.994.025
Custos de aquisição diferidos	22.899	-	-	-	-	-	-	-	(8.458)	14.441

	01/01/2017	Contribuição	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamentos de rendas/benefícios e resgates	Portabilidade aceita/cedida	Transferência para resgates e outros valores a pagar	Transferência benefício concedido	30/06/2017
Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL										
Vida Individual										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	54.200	15.602	16.382	-	1.843	-	-	- 17.445,00	-	70.582
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	509	-	167	-	-	-	-	-	-	676
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	747	-	-	-	-	-	-	-	-	747
VGBL										
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.364.693	92.633	-	-	63.307	-	(82.749)	(83.653)	-	1.354.231
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	12.927	-	2.377	-	390	(806)	-	-	-	14.888
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.154	-	210	-	-	-	-	-	-	1.364
Provisão de excedentes financeiros - PEF	31	-	-	(7)	34	-	-	-	(26)	32
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	1.619	-	83.653	(1.524)	0	(83.653)	-	-	-	95
Totas Provisões Técnicas	1.435.880	108.235	102.789	- 1.531	65.574	- 84.459	- 82.749	- 101.098	- 26	1.442.615
Custos de aquisição diferidos	23.055	-	5.165	-	-	-	-	-	-	28.220

15. Cobertura das provisões técnicas

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	3.403.412	3.497.630
Ajuste do TAP	9.866	15.908
Parcela correspondente a resseguros contratados	(8.687)	-
Total a ser coberto	3.404.591	3.513.538
Ativos garantidores		
Quotas de fundos de investimentos	432.367	407.113
Quotas de fundos especialmente constituídos (PBGL/VGGL)	2.929.012	3.088.560
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	87.480	74.965
Total de aplicações oferecidos em cobertura	3.448.859	3.570.638
Ativos livres	44.268	57.100

16. Provisão de sinistro a liquidar e provisão de valores a regularizar judiciais

Convênio DPVAT

30/06/2018			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	3.670	52.461	7.816
Total	3.670	52.461	7.816
31/12/2017			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	3.418	40.236	8.060
Total	3.418	40.236	8.060

(*) Correspondem substancialmente a provisão de sinistros a liquidar apresentadas na nota 14A

Previdência

30/06/2018			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	1	100	181
Perda Remota	1	23	-
Total	2	123	181
31/12/2017			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	2	156	156
Perda Remota	-	-	-
Total	2	156	156

(*) Provisão de Sinistro a Liquidar - JUDICIAL

Previdência

30/06/2018			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	2	116	403
Perda Possível	6	1.201	-
Perda Remota	1	9	-
Total	9	1.326	403

31/12/2017			
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado
Perda Provável	5	383	383
Perda Possível	10	1.406	0
Perda Remota	3	265	0
Total	18	2.054	383

(*) Provisão de Valores a Regularizar - JUDICIAL

17. Depósitos de Terceiros

	30/06/2018				31/12/2017
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 90 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 30 dias
Valores a reclassificar	9.687	228	108	899	1.966
Total	9.687	228	108	899	1.966

18. Tributos diferidos

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	211	251
Contribuição Social	126	150
Total	337	401

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 81.273 (R\$ 81.273 em 2017) e está representado por 267.765 ações (267.765 ações em 2017) ordinárias sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Reservas estatutárias

Conforme previsto no Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias. Em caso de prejuízo, este é absorvido pelas reservas estatutárias.

20. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

a) Ramos de atuação

Ramos de atuação	Índices de					
	Prêmios ganhos		Sinistralidade	Despesas (receitas) de comercialização	Sinistralidade	Despesas (receitas) de comercialização
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
Contribuição de risco	2.962	1.218	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vida individual por sobrevivência	13.084	11.518	100,44%	44,16%	38,08%	39,41%
DPVAT	13.835	16.986	72,50%	1,26%	61,49%	1,20%
Total	29.881	29.722	77,55%	19,92%	49,90%	15,96%

b) Prêmios ganhos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	51.627	44.324
(+) Contribuições para cobertura de riscos	2.962	1.218
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios	(24.708)	(15.820)
	29.881	29.722

c) Sinistros ocorridos

Seguros

	30/06/2018	30/06/2017
Indenizações avisadas	(7.274)	(7.404)
Despesa com sinistro	(2.757)	(3.040)
Despesas com benefícios	(11.288)	(109)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(136)	(167)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.718)	(4.110)
	(23.173)	(14.830)

Previdência

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com benefícios	(411)	(1.490)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	-	(31)
	(411)	(1.521)

d) Custo de aquisição de seguros e previdência

Seguros

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões	(11.223)	(8.916)
Outras despesas de comercialização	(488)	(992)
Variação das despesas de comercialização	13.649	5.165
	1.938	(4.743)

Previdência

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões	(4.885)	(6.484)
Variação das despesas de comercialização	(679)	(505)
Variação de outras despesas de comercialização	(9.287)	1.081
	(14.851)	(5.908)

e) Outras receitas e (despesas) operacionais

Seguros

	30/06/2018	30/06/2017
Despesa com cobrança	(1.554)	(1.683)
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.310	(228)
	(244)	(1.911)

Previdência

	30/06/2018	30/06/2017
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.800	2.499
	1.800	2.499

f) Resultado com resseguro

Seguros

	30/06/2018	30/06/2017
(+) Receita com Participação em Lucros	(11)	2.612
(-) Prêmio de resseguro cedido	(5.522)	(2.815)
	(5.533)	(203)

Previdência

	30/06/2018	30/06/2017
(+) Recuperação de sinistros de resseguro cedido	10.012	48
(-) Prêmio de resseguro cedido	(1.158)	(410)
	8.854	(362)

g) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	30/06/2018	30/06/2017
VGBL	91.023	92.633
PGBL	57.516	61.867
Tradicional	828	1.467
	149.367	155.967

h) Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal próprio	(8.256)	(9.405)
Serviço de terceiros	(3.993)	(4.526)
Localização e funcionamento	(721)	(950)
Publicidade e propaganda	(8)	(6)
Publicação	(135)	(130)
Donativos e contribuições	(95)	(121)
Outras despesas	(48)	(115)
Recuperação de despesas administrativas (Nota 21)	(2.868)	12.386
	(16.124)	(2.867)

(*) A partir de 2017, houve redução de recuperação de despesas administrativas, devido recebimento direto da taxa de gestão que, anteriormente era recebida via acordo operacional (MAPFRE Investimentos Ltda.).
A alteração não impacta no resultado da Seguradora.

i) Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Taxa de fiscalização	(1.209)	(1.057)
COFINS	(1.180)	(978)
PIS	(195)	(162)
ISS	(641)	(68)
Outros	(60)	(32)
	(3.285)	(2.297)

j) Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
(+) Receitas financeiras		
Receitas com carteira própria(CDB)	-	29
Receitas com cotas de fundos de investimento	20.552	9.893
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos (PGBL/VGBL)	69.744	146.856
Receitas financeiras com quotas de fundos de investimentos/DPVAT	2.461	4.009
Receitas com operação de seguros/DPVAT	93	124
Outras receitas financeiras	42	95
	92.892	161.006
(-) Despesas financeiras		
Atualização Monetária / PGBL/VGBL	(69.745)	(146.856)
Atualização Monetária / Tradicional	(8.205)	(1.506)
Atualização Monetária / Vida Individual	(3.554)	(1.843)
Atualização Monetária - benefício concedido	(4.599)	(2.820)
Despesa financeira com operações de DPVAT	(2.461)	(4.009)
Atualização excedente financeiro	(1.156)	(966)
Atualização valores a regularizar	(144)	(115)
Outras despesas financeiras	(112)	(110)
	(89.976)	(158.225)
	2.916	2.781

21. Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas	30 de junho de 2018			
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.(*)	70	-	(102)	444
MAPFRE Investimentos Ltda.(*)	-	56	(443)	68
MAC Investimentos S.A.(*)	-	17	(188)	32
MAPFRE Assistência Ltda.(*)	478	-	(83)	442
MAPFRE Brasil Participações S.A.(*)	-	81	(185)	6
MAPFRE Capitalização S.A.(*)	-	70	(815)	133
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.(*)	1	-	(1)	7
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.(*)	2	-	(1)	7
MAPFRE Resseguradora S.A. (****)	1.896	3.266	(5.533)	8.854
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.(*)	7	-	(6)	44
MAPFRE Vida S.A.(**)	435	-	-	21
MAPFRE Saúde Ltda.(*) (***)	9	-	(273)	280
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.(*)	-	317	(2.602)	368
Total	2.898	3.807	(10.232)	10.706

Partes relacionadas	31 de dezembro de 2017		30 de junho de 2017	
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.(*)	31	-	(37)	228
MAPFRE Investimentos Ltda.(*)	-	48	(334)	14.085
MAC Investimentos S.A.(*)	-	27	(180)	81
MAPFRE Assistência Ltda.(*)	490	-	(85)	566
MAPFRE Brasil Participações S.A.(*)	-	4	(95)	4
MAPFRE Capitalização S.A.(*)	-	110	(519)	284
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.(*)	1	-	(1)	-
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.(*)	-	-	-	-
MAPFRE Resseguradora S.A. (****)	1.880	2.774	(3.177)	2.612
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.(*)	3	-	(1)	21
MAPFRE Vida S.A.(**)	413	-	-	48
MAPFRE Saúde Ltda.(*) (***)	146	-	(136)	350
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.(*)	-	408	(2.114)	269
Total	2.964	3.371	(6.679)	18.548

(*) Refere-sea compartilhamento de despesas.

(**)Refere-se a saldo apurado de Vida Individual com decessos, recebidos atualmente pela MAPFRE Vida S.A..

(***) Refere-se a pagamento de assistência médica.

(****) Refere-se a saldo de operações e de resseguro à MAPFRE RE.

Remuneração da Administração

É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, no montante de R\$ 2.200 (R\$ 2.200 em 2017).

Planos de Assistência à Saúde

A Seguradora proporciona planos de assistência à saúde, da MAPFRE Saúde Ltda., aos seus colaboradores. O regime do plano é de pós-pagamento, sendo que os pagamentos efetuados no semestre totalizaram R\$ 725 (R\$ 444 em 2017).

a) Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a Seguradora, diretores ou administradores da Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria e seus familiares.

b) Participação acionária

A Diretoria da Seguradora não possuía, individualmente ou em conjunto, participação acionária na Seguradora em 30 de junho de 2018.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2017		30 de junho de 2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos e após participações	(7.945)	(7.945)	1.157	1.157
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	1.986	1.589	(278)	(232)
Diferenças temporárias	35	29	109	88
Diferenças permanentes	(45)	(36)	(143)	(89)
Tributo antes das compensações	1.976	1.582	(312)	(233)
Imposto corrente	1.976	1.582	(312)	(233)
Constituição de crédito tributário	(86)	(264)	(109)	(87)
Tributos diferidos	40	24	98	59
Total	1.930	1.342	(323)	(261)
Saldo de IRPJ / CSLL	1.930	1.342	(323)	(261)

23. Planos de previdência complementar

A Seguradora proporciona e administra plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria no montante de R\$ 217 (R\$ 75 em 2017). O regime do plano é de contribuição definida.

24. Provisões Judiciais

Trabalhistas- A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

Cíveis - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais.

	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor		Quantidade	Valor	
Reclamado		Provisionado	Reclamado		Provisionado	
I-Cível						
Possível	11	340	-	4	149	-
Provável	1	1	1			
Totais	12	341	1	4	149	-
II-Trabalhista						
Possível	2	350	-	4	433	-
Provável	1	174	27	1	18	18
Totais	3	524	27	5	451	18
II-Tributária						
Possível	3	692	-	3	692	-
Totais	3	692	-	3	692	-
Total Geral	18	1.557	28	12	1.292	18

PIS e COFINS

Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora passou a considerar para a apuração do PIS e da COFINS apenas as receitas auferidas com a operação, deixando de considerar as demais receitas. Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 1 de janeiro de 2015, a Administração, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que as receitas de previdência e seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento da Seguradora. O risco de perda é avaliado como possível no montante R\$ 6.225 (R\$ 5.944 em 31 de dezembro de 2017).

Diretoria

Wilson Toneto - Diretor Presidente

Elíseo João Viciania - Diretor

Renato Fernandes - Diretor

Miguel Gómez Bermúdez

Contador

Marcio Vincenzi Jager

CRC 1SP258226/O-1

Atuário

Vera Lucia Fernandes Lopes

MIBA nº 817

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S/A e MAPFRE Capitalização S/A, foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S/A e MAPFRE Capitalização S/A, entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2018, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

Nilton Maia Sampaio	/	Mário de Almeida Rossi	/	Rogério Soares
Coordenador		Membro Titular		Membro Titular